



A Guerrilha do Araguaia vive nas lutas e vitórias do povo brasileiro

Em 1972, o Brasil vivia um dos períodos mais tenebrosos de sua história. A ditadura civil-militar — que, guiada pelas forças da extrema direita, derrubou o presidente João Goulart em 1964 por um golpe de Estado — imperava no país, fortalecida pelo Ato Institucional nº 5, de 1968, que aprofundou as perseguições, a censura, as prisões arbitrárias e os desaparecimentos.

Foi nesse contexto de enormes dificuldades que, em 12 de abril de 1972, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e camponeses do Sul do Pará, atacados pela repressão, deram início à Guerrilha do Araguaia. O processo que levou a esse movimento teve início no final da década de 1960, quando militantes do PCdoB foram para a região lutar com os camponeses contra o latifúndio e a grilagem de terras e organizar a resistência à ditadura.

Conectados à população local por laços de amizade e solidariedade, os guerrilheiros do Araguaia — ainda que precariamente armados — resistiram a três campanhas militares da ditadura, que mobilizaram cerca de dez mil homens no que o general Hugo Abreu denominou como “o mais importante movimento armado já ocorrido no Brasil rural”.

No início de 1974, apesar do heroísmo dos combatentes da Guerrilha do Araguaia, o poderio bélico prevaleceu. Não houve prisioneiros. Todos foram mortos ou executados, alguns degolados. Até hoje, a grande maioria dos corpos está desaparecida.

Ainda que militarmente derrotada, a Guerrilha do Araguaia foi vitoriosa política e historicamente e mostrou que o povo brasileiro estava disposto a ir às últimas conseqüências na sua luta por liberdade. O fim da ditadura militar, em 1985, ocorreu pela resistência popular — presente desde o primeiro dia do golpe e que nunca cessou —, e que teve no Araguaia uma de suas expressões mais elevadas.

Pouco tempo depois, eclodiu no Sul do Pará uma onda de resistência dos camponeses da região em defesa de suas terras e contra a grilagem do latifúndio, demonstrando que as sementes sulcadas pela Guerrilha, de luta e resistência, germinaram.

A resistência do Araguaia pertence à História. Naquele contexto, ela foi uma forma de luta justa e necessária. Hoje, a luta em defesa da soberania nacional, das liberdades democráticas, dos direitos dos trabalhadores e pelo socialismo continua de outras formas, mais adaptadas à atual conjuntura.

Homenagear os guerrilheiros e as guerrilheiras do Araguaia — e tantos outros brasileiros e brasileiras que tombaram na luta contra a ditadura militar — significa redobrar, nos dias de hoje, a luta por um Brasil democrático, soberano e justo, que garanta ao nosso povo uma vida digna.

Ao mesmo tempo, é preciso dar continuidade e envolver a sociedade na batalha pela memória, a verdade e a justiça. Para que isso seja possível, impõem-se a abertura dos arquivos do regime militar, a revisão da Lei da Anistia e a retomada das buscas para a localização, identificação e entrega dos restos mortais aos familiares dos que tombaram no Araguaia e em outras circunstâncias.

No caso da Guerrilha, o cumprimento desses deveres está estabelecido em sentença de 2010 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (caso Gomes Lund), bem como por determinação anterior da 1ª Vara Federal do Distrito Federal, em 2003.

É preciso que o Estado cumpra essas decisões para que o Brasil — especialmente as novas gerações — conheça, de fato, a sua história e faça justiça aos que lutaram para a conquista da democracia. Este é o compromisso do PCdoB e da sua Comissão Memória e Justiça.

*Comissão Executiva Nacional
Comissão Memória e Justiça do PCdoB
10 de abril de 2025*